

RESISTÊNCIA E/Y MEMÓRIA

PERSPECTIVAS IBERO-AMERICANAS

Coordenação de

Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía



FICHA TÉCNICA

Organização: IHC - Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Coordenação:

Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía

Formatação e Design:

Ana Prata

Capa (imagens):

António Alves e Vera Correia, Pintura de um mural realizado no âmbito do Projeto «40 anos, 40 murais», em Alcântara (16 de Março de 2014).

ISBN: 978-972-96844-3-2

Para citar este e-book:

GODINHO Paula, FONSECA, Inês e BAÍA, João, (Coords.), (2014), *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas* [Documento electrónico], Lisboa: IHC-FCSH/UNL.

© 2015. Instituto de História Contemporânea.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto UID/HIS/04209/2013.



RESISTÊNCIA E/Y MEMÓRIA

PERSPECTIVAS IBERO-AMERICANAS

COORDENAÇÃO DE:

Paula Godinho

Inês Fonseca

João Baía

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
1. MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: TEORIA E MÉTODOS	4
<i>Tempo, memória e resistência</i>	
Paula Godinho	5
<i>Argentina 1976-1983: la oposición obrera a la dictadura en la memoria de cinco trabajadores</i>	
Pablo A. Pozzi	16
<i>Ética, memória e silenciamentos: a militância política em contexto de tortura à luz das fontes orais</i>	
Miguel Cardina	28
<i>Memória da resistência ao Estado Novo num tempo sem tempo para a memória</i>	
Rui Bebiano	41
<i>O revisionismo histórico em Portugal: origens e efeitos na memória da Revolução e do Estado Novo</i>	
Luciana Soutelo	48
2. DITADURAS, REVOLUÇÕES E TRANSIÇÕES.....	58
<i>Los testimonios recuperados de los jueces contra el franquismo</i>	
Pilar Díaz Sánchez	59
<i>Memorias individuales de acciones colectivas – La Coordinadora Obrero Estudiantil durante el Tucumanazo (1969-1972)</i>	
Rubén Isidoro Kotler	70
<i>Memória – potencialidades e interditos entre os dirigentes da luta armada</i>	
Ana Sofia Ferreira	84
<i>Memorias del sindicalismo socialista durante la transición española</i>	
Pilar Domínguez Prats	93
<i>O 25 de abril, a Marinha e uma rede clandestina</i>	
Luísa Tiago Oliveira	105
3. TRANSMISSÃO, SOCIEDADE E FAMÍLIA.....	122
<i>Memória e resistência da cultura seringueira (1976-2011)</i>	
Marcos Montysuma.....	123
<i>Inspiração doméstica. As formas familiares de transmissão da militância política entre o operariado português durante o Estado Novo</i>	
Bruno Monteiro	131
<i>Biografía de Miguel Burgas, el primer diputado comunista argentino</i>	
Mariana Mastrángelo	142
<i>“Sobre isso, você devia era entrevistar a minha irmã” - A família Flor e os ditos e não ditos sobre a crise da Lisnave na década de 1980</i>	
Inês Fonseca	151
<i>Notas hacia una conceptualización del exilio obrero chileno: marcas y claves identitarias</i>	
Mónica Gatica.....	162

<i>Lutas pelo passado e usos do passado em contexto de inovação industrial: o bicentenário da fábrica Stephens na Marinha Grande</i>	
Emília Margarida Marques.....	178
4. O GÉNERO DAS MEMÓRIAS.....	190
<i>Voces de mujeres del movimiento social en Argentina. Perspectivas y experiencias</i>	
Cristina Viano.....	191
<i>Memórias femininas da ditadura chilena: resistência e contra-hegemonia</i>	
Sónia Ferreira.....	202
<i>O mergulho na clandestinidade</i>	
Vanessa de Almeida.....	214
<i>Literatura sem cordel: 3 páginas e AVoz das Camaradas das Casas do Partido. Espaços de formação na clandestinidade comunista</i>	
Cristina Nogueira.....	225
5. LIMIARES E LUGARES DE MEMÓRIA.....	239
<i>Fronteiras de lutas e memórias: as narrativas do passado nos conflitos do presente na fronteira Paraguai-Brasil</i>	
José Lindomar C. Albuquerque.....	240
<i>Memórias e resistências na guerra civil de Espanha: processos de emblematização na raia luso-espanhola</i>	
Dulce Simões.....	252
<i>Contrabando na raia da Idanha: entre as máscaras da ilegalidade e os discursos nacionalistas</i>	
Eduarda Rovisco.....	263
<i>Lisboa, cidade de resistência.</i>	
Maria Alice Samara.....	272
6. USOS POLÍTICOS DA MEMÓRIA.....	278
<i>Capturar o passado. Etnografar a revolução portuguesa de 1974</i>	
Sónia Vespeira de Almeida.....	279
<i>Historiografia e Resistência: historiadores críticos do golpe de 1964 e da ditadura</i>	
Lucileide Costa Cardodo.....	292
<i>Los lugares de memoria en España: una perspectiva espacial de estudio</i>	
Sergio Claudio González García.....	304
<i>El descanso de los muertos. Territorios del morir y del permanecer</i>	
María García Alonso.....	315
<i>Revisão e revisionismo na historiografia brasileira contemporânea</i>	
Carlos Zacarias de Sena Júnior.....	325

ÉTICA, MEMÓRIA E SILENCIAMENTOS: A MILITÂNCIA POLÍTICA EM CONTEXTO DE TORTURA À LUZ DAS FONTES ORAIS¹⁸

Miguel Cardina.

CES-Coimbra

A 25 de Abril de 1974, jovens capitães cansados de uma guerra colonial que parecia não ter fim à vista derrubam a velha ditadura do Estado Novo, abrindo caminho a um intenso período revolucionário. Nos meses quentes da revolução, tomam papel de destaque vários movimentos políticos e sociais que, não obstante as clivagens entre si, tinham uma prática e um discurso claramente de esquerda. A memória do antifascismo obtinha agora forte inscrição no discurso público e era frequentemente usada como forma de legitimação política. Tal não significa, porém, que as memórias da repressão levada a cabo pela ditadura tenham sido exorcizadas.

A evocação de dois episódios acontecidos depois de 1974 ajuda a perceber isso. O primeiro episódio ocorrera em 1976, quando o recém-criado PCP (R) [Partido Comunista Português (Reconstruído)]¹⁹ decidiu levar a cabo uma autodenominada “Campanha de Proletarização e Revolucionarização”. Uma componente dessa campanha consistiu na realização de inquéritos a militantes que tinham estado presos durante a ditadura. Cento e cinquenta casos foram sujeitos a análise. Concluiu-se então que cerca de metade dos militantes foram presos por “motivos não políticos ou políticos mas sem consequências do ponto de vista da apreciação do porte”. Detetaram-se trinta e quatro casos de “mau porte”, que foram sancionados de maneira diferenciada: alguns ativistas foram recuperados como militantes, outros despromovidos à condição de simpatizantes, outros ainda tiveram como destino a expulsão do partido.²⁰

O segundo momento não tem propriamente uma data fixa ou um actor definido, mas antes remete para a complexa relação entre história, arquivo e passado vivido. A seguir à queda da ditadura, foi criada uma estrutura encarregada de conduzir a extinção da PIDE/DGS (Policia Internacional de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança). Por razões que não cabem agora detalhar, essa Comissão de Extinção tivera uma vida atribulada: fora marcada por clivagens políticas internas e debatera-se com a inexistência de um enquadramento legal que permitisse o julgamento dos “pides” (como popularmente eram designados). Uma vez que a Comissão tinha como uma das suas tarefas centrais a instrução de processos judiciais contra membros e colaboradores daquela polícia, a partir dela tinha-se acesso a

¹⁸ Este texto corresponde a uma versão revista e resumida de “To Talk or Not to Talk: Silence, Torture, and Politics in the Portuguese Dictatorship of *Estado Novo*”, *Oral History Review*, 40 (2), 251-270.

¹⁹ Partido pró-albanês que resultara da união em 1975 de pequenos colectivos maoistas. A face mais visível do PCP (R) era a sua frente de massas, a UDP (União Democrática Popular), que em 1975 elegeu um deputado à Assembleia Constituinte.

²⁰ “Relatório da Comissão de Inquérito à 5.ª Reunião Plenária do Comité Central”, sem data. Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril.

informação sensível sobre a estrutura repressiva e também sobre as organizações e os militantes de oposição que tinham estado presos ou sido vigiados. Isso foi motivo suficiente para que surgissem rumores sobre desvios de documentação por parte de forças políticas, que ainda hoje não se dissiparam completamente.

O certo é que alguns antigos ativistas terão ficado com documentação da PIDE/DGS que se lhes referia, na convicção de que o passado de cada um a cada um pertence. Esta última ideia adquire contornos particularmente agudos quando se fala de estruturas repressivas que confiscaram documentos pessoais, praticaram tortura, recorreram à chantagem e extrairam informações pela força. Questões como a de saber qual o tipo de posse devem ter os vigiados e perseguidos sobre documentação sua ou que lhes diz respeito – e ou qual o grau de “expurgo” se deverá aplicar a essa documentação, quando acessível a terceiros – estariam presentes nos debates que antecederam a abertura dos arquivos da PIDE/DGS à consulta pública. Em 1996, chegou mesmo a ser debatido no Parlamento a devolução aos próprios de cartas, fotografias e outros documentos pessoais apreendidos pela PIDE, com alguns antigos presos a defenderem essa solução. A decisão prevalecente, porém, foi no sentido de nenhuma documentação ser devolvida e o arquivo está hoje disponível para consulta na Torre do Tombo, em Lisboa.

Estes dois fenómenos – o inquérito do PCP (R) e a complicada relação entre memória, história e arquivo da PIDE/DGS – mostram claramente como o passado não é apenas uma sombra da qual nos vamos afastando, mas antes um fantasma cujas marcas teimam em persistir no tempo. No caso concreto do Portugal pós-revolucionário, embora a conjuntura política e social tenha mudado com o 25 de Abril de 1974, a verdade é que as experiências dolorosas vividas em sede de tortura não se dissiparam com a mudança de regime. São várias as razões que ajudam a perceber isso. A revolução trouxera consigo a evocação da memória do antifascismo – um dos primeiros gestos de transfiguração do golpe militar em revolução foi precisamente a ocupação popular da sede da PIDE/DGS – mas a urgência desse “tempo quente” deixara pouco espaço para a abordagem catártica do sofrimento individual.

É também necessário levar em conta a forma como os partidos à esquerda – nomeadamente o Partido Comunista Português (PCP) e os grupos maoistas²¹ – lidaram com a chamada “questão do porte”, ou seja, do comportamento do militante acossado pela tortura. O modelo adotado filiava-se no preceito definido pelo PCP e codificado, em 1947, no documento *Se fores preso, camarada*. Anteriormente, o comportamento sugerido admitia tentativas de ludibriar a polícia, iludindo fatos ou escamoteando responsabilidades. *Se fores preso, camarada* definia agora um conjunto de procedimentos a ter aquando

²¹ O termo é usado para englobar todos aqueles grupos que se inspiravam nas posições chinesas. No entanto, é possível distinguir dois campos políticos com algumas diferenças. O primeiro constitui-se na sequência do conflito sino-soviético, dando origem, na primeira metade da década de 1960, a pequenos coletivos alinhados com a crítica chinesa à URSS. Estes grupos definiam-se a si próprios como “marxistas-leninistas” e em regra resultaram de cisões nos PCs pró-soviéticos. Uma segunda vaga, mais resolutamente “maoista”, veio a surgir a partir de finais da década de sessenta, sob o impacto da Revolução Cultural chinesa e confluindo com o radicalismo juvenil da época. Para uma análise centrada no caso português, veja-se Cardina, 2011.

da prisão, entre os quais se destacava a regra de que o militante nunca deveria prestar qualquer tipo de declaração na polícia.

Ao ser apropriado pelos maoistas, o modelo sofreu algumas variações discursivas. O PCP era criticado por abordar a questão do ponto de vista da honradez e da lealdade, utilizando para isso “conceitos católicos” como inferno, paraíso e purgatório, em vez de colocar o comportamento na PIDE no contexto da luta de classes. O “bom porte” aparecia assim como o resultado de uma linha política justa e consequente. Em 1973, e após alguns casos de delação nas suas fileiras, os CCR (m-l)²² consideram que “no aparente isolamento da sala de torturas”, nem o preso nem o torcionário estão sós, mas antes acompanhados pela classe cujos interesses representam.²³ Com uma linguagem mais inflexível, o MRPP²⁴ afirma que a “traição não se situa acima da luta de classes” e que ela “jamais será o fruto de torturas violentas, de debilidades físicas, de doenças”. Ela seria, isso sim, o resultado de “uma ideologia decadente, uma natureza de classe e uma prática social que nada têm a ver com o proletariado e o povo”.²⁵

Em regra, os grupos maoistas distinguiram teoricamente entre a colaboração ativa com a polícia (a “traição”) e a incapacidade de resistir à tortura sob intensa pressão física e psicológica. A quebra poderia levar à delação ou simplesmente à confirmação de informações que a polícia já dispunha. Acontece que a gradação do tipo de cedências nem sempre era fácil de aferir. Estava muitas vezes dependente das informações que os presos passavam para o exterior ou da percepção que as organizações iam tendo a partir do nível de perseguição imediata a que eram sujeitas. Independentemente das circunstâncias, que poderiam funcionar como “atenuantes”, o repúdio à prestação de declarações era genérico, com grupos a defenderem a expulsão imediata de qualquer elemento que tenha “falado”.²⁶ A norma de nunca prestar declarações aparecia como signo de firmeza revolucionária e único meio verdadeiramente eficaz de defender a organização.

Neste sentido, as leituras do tema foram muito determinadas pelas marcas do heroísmo ou do fraquejamento. Por terem uma forte conotação moral, estas percepções não desapareceram com o derrube da ditadura. Compreender a temática do “falar e não falar” diante da tortura e da violência policial exige perceber o modo como a questão se manteve ativa mesmo depois da queda da ditadura. Este texto ancora-se numa pesquisa mais vasta sobre o maoismo em Portugal entre 1964 e 1974. Nesse trabalho, para além de se recorrer a fontes escritas efectuaram-se cinquenta entrevistas²⁷. Elas são de seguida

²² Comitês Comunistas Revolucionários (marxistas-leninistas). Criados em 1970, tiveram expressão em alguns ambientes estudantis lisboetas eatividade localizada em zonas operárias nos arredores de Lisboa. Entre 1972 e 1973 seriam fortemente atingidos pela PIDE/DGS.

²³ “Comunicado sobre as prisões de Agosto-Setembro de 1972”, CCR (m-l), Fevereiro de 1973.

²⁴ Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado. Fundado em Setembro de 1970, veio a adquirir notoriedade através de um frenético ativismo anticolonial, do recurso a uma linguagem triunfalista e da crítica incisiva a todas as outras correntes de esquerda.

²⁵ “Fogo sobre os traidores – Agentes da burguesia infiltrados no seio da revolução!”, *Luta Popular*, n.º 14, Novembro de 1973.

²⁶ A contracorrente, um grupo como *O Bolchevista* defendeu que considerar que “os maus portes são a aniquilação total, a impossibilidade de nos reconstruirmos como revolucionários, é aceitar uma atitude metafísica e passiva”. “Contra as tendências oportunistas”, *O Bolchevista*, n.º 1, Março de 1970. Foi por isso mesmo criticado por outras organizações m-l, tendo feito posteriormente uma autocrítica desta sua posição.

²⁷ Dos cinquenta entrevistados, dezassete foram presos e sofreram violência policial em algum grau. Houve ainda cerca de duas dezenas de antigos militantes que foram contactados para participar na pesquisa e que não o fizeram (a maioria por falta de resposta ao contacto

tomadas em consideração para mostrar como a “questão do porte” permaneceu no tempo e de que forma ela nos ajuda a estabelecer uma articulação entre tortura, silêncio e memória.

Tortura, silêncio e subjetividade política

A temática do silêncio é geralmente pensada enquanto falha ou carência discursiva que resultaria de constrangimentos vários. Paul Thompson, em *The Voice of the Past*, anunciava o desígnio da história oral como sendo o de “trazer reconhecimento a grupos substanciais de pessoas que têm sido ignoradas” (1978: 29). Esse reconhecimento exigiria assim a remoção de silêncios políticos, sociais ou historiográficos. Nem sempre, porém, o silêncio é o resultado de uma coacção externa que rasura os sujeitos e as comunidades. Após os desenvolvimentos no campo dos *Holocaust Studies* e das investigações centradas no trauma, a noção de silêncio foi sendo complexificada. Passou a alertar-se para os seus mecanismos de produção e para a possibilidade da “gestão do indizível” (Pollak, 1993: 140-148) poder ser mais reveladora do que os discursos proferidos.

Luisa Passerini dá conta da relação ambivalente entre silêncio e memória. Com efeito, o silêncio pode ser o resultado de episódios perturbadores que socialmente não encontram espaço para se exprimirem. Foi o caso dos massacres nazis aos ciganos (e do Holocausto, até dada altura), da guerra francesa na Argélia ou a guerra conduzida pelos EUA na Coreia. O silêncio pode ter também um significado aparentemente mais “construtivo”, como quando sociedades decidem suspender memórias dilacerantes – de guerras civis, por exemplo – de modo a poderem reconstruir um lugar comum. Passerini alerta ainda para a importância das “memórias não verbalizadas”: os traumas e prazeres inscritos no corpo, as memórias dos risos, das fotografias ou dos gestos, o hábito de guardar um minuto de silêncio. Todas estas ilustrações sugerem como a memória não é apenas discursiva mas também “memória corporizada”, indicando-nos ao mesmo tempo como os silêncios se conetam por vezes com a rememoração, e não com o esquecimento (Passerini, 2003).

O carácter expressivo do silêncio aparece de modo evidente na referida “questão do porte”. Em sede de interrogatório, este silêncio manifestava-se na recusa em responder às perguntas dos inquisidores e em assinar posteriormente os autos, que em alguns casos eram forjados e dados a assinar em situação de perda de noção da realidade após dias seguidos sem dormir. Foram várias as estratégias accionadas para manter o silêncio. Aurora Rodrigues relembra ter posto em prática outras estratégias: tornar o corpo ausente, fazer flores com pão, procurar ver a sua imagem, valorizar o apoio vindo do exterior e lembrar-se dos amigos – referindo especialmente José António Ribeiro dos Santos, membro do MRPP que poucos meses antes havia sido morto a tiro pela PIDE/DGS (Rodrigues, 2011). O objetivo passava invariavelmente por conservar a lucidez e confiar numa capacidade de resistência posta à prova a todo o momento.

inicial; outros por não se concretizar posteriormente a colaboração acordada, por motivos vários). Dos quatro casos de recusa taxativa em conceder uma entrevista, três diziam respeito a antigos presos.

A PIDE/DGS procurava explorar, sempre que possível, as situações em que os detidos, privados de sono, tinham alucinações. O conhecimento dos sintomas podia ajudar o preso a suportar o suplício. Pedro Baptista, destacado dirigente de *O Grito do Povo*²⁸, recorda que conhecia “de cor e salteado a patologia do torturado”. Isso tê-lo-á ajudado a enfrentar alucinações que envolveram insectos e serenatas com música de protesto. Também nas leituras permitidas foi possível encontrar ânimo. Após as sessões de tortura, Pedro Baptista pode ler o *D. Quixote*, que reputou como “um livro fundamental para a resistência de alguém que está preso”.

Deixavam entrar livros. Olhe, o *D. Quixote*. Só que a dada altura os animais toparam que a tradução era do Aquilino Ribeiro! e já não deixaram entrar lá o terceiro volume. O que a Pide não sabia é que aquele era um livro fundamental para a resistência de alguém que está preso. A dada altura da obra, os prisioneiros vão para as galeras e há uns que são desprezados pelos outros, e que são aqueles que sem a polícia ter provas, falaram e incriminaram por terem falado.

(Entrevista ao autor, 16/01/2008)

Um aspecto interessante do excerto reside na interpretação feita do episódio evocado no clássico de Cervantes. O entrevistado referir-se-á a um momento em que *D. Quixote* encontra no caminho alguns condenados às galés – que acabará por libertar, recebendo em troca umas ingratas pedradas – e pergunta-lhes a causa da punição. Um deles fica mudo diante da pergunta. Um dos guardas explica a *Quixote* que este preso fora condenado por ser ladrão de gado após ele próprio se ter denunciado. A confissão vale-lhe agora o opróbrio dos outros presos, do guarda que relata a história e do próprio cavaleiro andante. O excerto é efetivamente um exemplo de condenação moral da confissão. Mas importa notar o subtil deslocamento que o entrevistado efetua, lendo o excerto a partir do dilema do preso nos calabouços da PIDE. Na sua resignificação, existem os que resistem e os que não conseguem resistir, e a proteção dos outros e da organização é tão ou mais importante do que a protecção de si.

O silêncio diante do torturador tem pois uma dimensão claramente “performativa”: é o ato através do qual o sujeito afronta o assédio repressivo e afirma a sua identidade militante. A este silêncio “afirmativo” diante da PIDE contrapunha-se um silêncio “negativo”, que é resultado e objetivo da tortura, mesmo quando não declaradamente confessado pelos perpetradores. Como frisou Jean-Paul Sartre, a tortura “visa convencer-nos da nossa impotência” (Sartre, 2006 [1958]). Numa investigação sobre as consequências clínicas dos interrogatórios da PIDE/DGS, o psiquiatra Afonso Albuquerque sublinhara que, mais do que fazer falar, interessava à polícia desapossar o preso da sua identidade e silenciá-lo por meio da tortura (Albuquerque, 1987). Entre outros motivos, a tortura induzia ao silêncio na justa medida em que incitava à palavra: “falar” na PIDE, para além de conceder provas passíveis de condenação em tribunal e de facilitar a perseguição e detenção de companheiros, conduzia a uma rasura da subjetividade política.

²⁸ *O Grito do Povo* surgiu publicamente em finais de 1971. Em 1973 irá unir-se ao grupo *O Comunista*, actuante sobretudo na emigração europeia, dando origem à OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa).

O caso de Francisco Martins Rodrigues, principal teórico do maoísmo português nos anos sessenta, é exemplar a este respeito. Francisco Martins Rodrigues fora expulso do PCP em Dezembro de 1963 e criara poucos meses depois a Frente de Acção Popular (FAP) e o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP), influenciado por posições pró-chinesas. Exilado em Paris, decide entrar clandestinamente em Portugal em 1965, juntamente com Rui d'Espiney e João Pulido Valente. Com a estrutura ainda em fase de implantação, a PIDE viria a prender alguns dos seus elementos, entre os quais João Pulido Valente, que fora denunciado por um “informador” infiltrado na FAP/CMLP. Em “julgamento revolucionário” realizado a 26 de Novembro de 1965, perto de Lisboa, a direcção decide executar o delator. Os membros restantes do secretariado do CMLP serão capturados pela PIDE no início de 1966.

Estes são submetidos a intensas sessões de tortura e confirmam alguns nomes à polícia. Entrevistado em 2008, Francisco Martins Rodrigues recordou que a PIDE juntou aos autos uma série de folhas de forma a poder compor o conjunto da organização pela voz do seu máximo responsável. Significativo é o modo como concluiu: “o essencial é que eles tinham conseguido sacar informações e reduzir um gajo àquilo que eles queriam: a partir de agora este homem está arrumado”. “Estar arrumado” não significava apenas sujeitar-se ao desprezo dos camaradas por não ter resistido diante das investidas policiais. Era, em última análise, tomar consciência de que se fora vítima de um processo de despotenciação política. Diz Martins Rodrigues:

Eu conheci, não sei se centenas, mas muitas dezenas foram, de presos do partido que fizeram declarações, e o sentimento era comum: já não sou nada, já não sou comunista, estraguei a minha vida.... A pessoa ficava destruída. A verdade é que muitos deles foram posteriormente reintegrados no partido, sempre com aquele medo de não saber como se comportariam de novo diante da PIDE. O certo é que uma grande parte dos presos submetidos a tortura fazia declarações. Claro que o partido estava interessado em que os militantes não falassem, o Chico Miguel foi um grande adepto disso, e foi mesmo o recordista, esteve dias infindos no sono. Eu já tinha lido coisas sobre isso, falávamos em reuniões, mas fazer a experiência foi diferente.

(Entrevista ao autor, 29 de Janeiro de 2008)

O excerto de Francisco Martins Rodrigues é curioso a vários títulos. Desde logo porque, referindo-se a um episódio que ocorre quando já é militante do CMLP, retrocede à sua experiência no PCP. Existirão várias razões que ajudam a explicar isso no caso de Martins Rodrigues. Desde logo, o facto de ter feito a sua formação política e ideológica no PCP e de ter sido durante anos militante e dirigente do “partido” – como se lhe refere, utilizando a expressão exclusivista e afetiva que os militantes ainda usam hoje para se lhe referir. Mas também é evidente a linha de continuidade que estabelece entre o modelo de comportamento na polícia do PCP e o da emergente extrema-esquerda.²⁹ Daí a menção à centralidade de Francisco Miguel na definição da regra de nunca prestar declarações e a observação da “questão do

²⁹Ainda que refira que a execução do denunciante tenha sido um gesto que rompia declaradamente como a “brandura” que o PCP tinha diante de casos semelhantes.

porte” a partir dos comunistas que conheceu. Por outro lado, o excerto deixa também muito claro como o ato de “falar” não punha apenas em risco o partido, mas atacava o âmago da subjetividade do militante comunista: ficava-se “destruído”, “estragava-se” a vida, vivia-se com “medo” de, em caso de reintegração no grupo, o comportamento voltar a não ser consentâneo.

Ou seja, a tortura atacava o corpo mas também a identidade do militante. E era no corpo, por isso mesmo, que se jogava a tarefa de defender uma escolha política que era uma opção de vida. A última frase do excerto de Martins Rodrigues aponta com muita clareza para o interior dessa verdade difícil: era possível ler e discutir sobre o assunto, “mas fazer a experiência foi diferente”. Um hiato separava um corpo situado e sitiado e um manual de procedimentos. Isso é descrito, de forma pungente, numa autocrítica que um preso procura enviar para o exterior:

Quis lutar com as armas que tinha, e lutar ainda depois de ter sabido, pela derrota do meu corpo e pela perda da minha lucidez que a força era pouca, fraca e frágil, e que a resistência só poderia ser vitoriosa se tivesse sido maior, mais intenso, integral o meu empenho no projecto revolucionário, integral a preparação técnica, física e ideológica, integralmente comunista o corpo, como pretendia tornar-se a inteligência.

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo/PIDE/DGS, PC 679/68, NT 6007)

A resolução do problema estaria então na edificação de um corpo militante, capaz de suplantar a dor por meio de uma forte consciência ideológica. Importa sublinhar que o corpo é entendido aqui não apenas como algo que mantém ou retira uma condição – a condição comunista, neste caso. Essa condição na verdade é pensada, não como um dado, mas como um processo ao qual o corpo não é alheio: “integralmente comunista o corpo, como *pretendia tornar-se a inteligência*”. A capacidade de resistência física é vista como parte efetiva da condição militante e, em certa medida, aquilo que a complementa e consolida. Daí a insistência na palavra “integral”, algo que também aparece em declarações em julgamento de militantes desta área política, onde se afirma que a incapacidade em cumprir a diretiva de nada dizer à polícia lhes havia subtraído a condição de “militante comunista integral”.³⁰

Isso tinha efeitos concretos. Francisco Martins Rodrigues, apesar de continuar a ser reconhecido como o principal teórico da corrente, explicou que não fomentava contactos a partir da prisão com os grupos “lá fora”, já que entrou num processo de auto-limitação em função de ter “falado”. A recuperação da condição de “militante comunista integral” obrigava assim a um processo de “reconstrução” ideológica que se iniciava logo em contexto prisional. Repare-se no fragmento abaixo. A entrevistada, Rita Gonçalves, acabara de contar como fora torturada. Descrevera como a PIDE lhe apresentara um homem desfigurado, que só depois percebera ser o seu companheiro de então. Contara como a seguir continuou a suportar a tortura. E falava agora do ambiente na cadeia com as presas do PCP, explicando que

³⁰ “O Partido Comunista...”, sem data. Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril.

defendera uma camponesa para porta-voz do grupo. Momentaneamente, as posições invertem-se e é a entrevistada que pergunta:

Já ouviu falar da questão do porte?

Sim.

Pois, a questão do porte na polícia é uma questão muito importante, muito séria. Mas a Faustina foi torturada e não falou. Nem sequer se podia dizer “Ah!, mas falou...”.

Essa questão do porte estava sempre presente?

Sem ser mencionada, estava sempre subjacente. Havia uma presa do PCP que foi muito torturada e que falou. Oferecia-se sempre para fazer coisas que envolvessem algum risco. As presas do PCP precisaram um dia de contactar o outro grupo, às vezes era necessário. E essa presa foi apanhada a passar um papel: esteve seis meses de castigo, sem visitas, sem receber nada da família, sem isto, sem aquilo... As presas do PCP, pelo contrário, protegiam outra que era considerada “mais importante”, não sei se por ser mulher de um dirigente... essa não podia correr riscos nenhuns. Não concordava com este tipo de procedimento, embora também achasse que não falar na polícia era muito importante.

(Entrevista ao autor, 17/01/2008)

Ainda que sem o referir, estava-se já a falar da “questão do porte”. No entanto, a entrevistada tivera necessidade de explicitá-lo, salientando a sua centralidade na definição dos comportamentos em contexto de tortura e prisão. Revela então como o “porte” era uma espécie de fantasma operante – “sem ser mencionado, estava sempre subjacente” – que funcionava como critério de (des)classificação das presas e determinava dinâmicas de “culpa” e “expição”. A entrevistada não põe isso em causa, mas sim o modo como outros elementos interferiam. A diferente exposição ao risco a que eram sujeitas duas presas – uma “muito torturada” e “outra que era considerada ‘mais importante’, não sei se por ser mulher de um dirigente” – permite-lhe definir uma crítica de esquerda ao PCP, ao jeito da que era efectuada pelo campo maoista. A existência de clivagens de classe e estatuto entre as presas é aqui explicitada e censurada. Ao mesmo tempo, deixa-se sugerido, com algum desdém, a possibilidade da “importância” da presa privilegiada poder advir, não directamente de si, mas por via conjugal.

Em Peniche, prisão onde se encontravam os presos masculinos já condenados, a “questão do porte” revelava-se no debate sobre “proletarização” após a saída. Rui Teives Henriques, um dos entrevistados, relaciona-os muito claramente:

Houve um debate sobre se nos deveríamos proletarizar ou não após a saída. No meu ponto de vista, isso tem muito a ver com o fato de grande parte dos presos deste grupo não ter tido na cadeia o comportamento que era exigido organizacionalmente, logo, que teriam de fazer alguma reabilitação. Para alguns – lembro-me que o Francisco Martins Rodrigues defendia isso – essa reabilitação passava por um processo de proletarização, pelas pessoas assumirem de facto uma vida de operários. Não serem

“intelectuais pequeno-burgueses”, usando a linguagem da época. Nesse colectivo, quem se opunha fundamentalmente a isso era o João Pulido Valente. Ele achava, por um lado, que era difícil às pessoas com formação de base intelectual se inserirem nesse meio sem parecerem estranhas, sem se denunciarem, e, por outro, se existisse uma revolução as pessoas seriam mais úteis nas suas profissões de carácter técnico-científico mais avançado, digamos assim. O médico deveria continuar a ser médico, o engenheiro deveria continuar a ser engenheiro e por aí fora.

(Rui Teives Henriques, Entrevista ao autor, 03/01/2008)

Outros entrevistados falaram do ambiente marcadamente “obreirista” das discussões ideológicas na cadeia mas não o relacionaram com a “questão do porte”. Esta rasura pode ser vista como resultado da dificuldade em abordar ainda hoje a “questão do porte” e a temática mais genérica da tortura. Com efeito, os antigos presos que falaram sobre o tema da tortura e da resistência fizeram-no muitas vezes de maneira indirecta ou rígida – com expressões como a referida “já tinha lido sobre o assunto, mas fazer a experiência foi diferente” ou informando, sem mais, dos tipos de tortura a que foram submetidos e do número de dias que a sofreram. Houve mesmo quem tenha colocado o *tabu* sobre os temas como contrapartida para a conversa, estipulando um espaço de resguardo íntimo que se deveria manter inviolável.

Estamos assim na presença de dois silêncios que podem ser complementares. Por um lado, existe a reacção em nomear o horror indigno vivido nas salas de tortura. É preciso ter em conta que essa dificuldade não é alheia ao modo como a dor resiste à “objectivação linguística”. Como salienta Elaine Scarry, a tortura desfaz a agência e reduz o sujeito à experiência da própria dor (1985: 4-5). Por outro lado, há o emudecimento daqueles que não conseguiram manter a “regra de ouro” de não falar na polícia. O facto de não terem sido capazes de dotar o corpo de uma armadura indestrutível faz com que, ainda hoje, a questão seja difícil de abordar. Até porque, em última análise, não se tratava só de defender a sua identidade militante ou a integridade da organização. A confissão podia ter posto em risco ou levado mesmo à prisão de camaradas. O medo que acompanhava a intervenção política clandestina tinha, por isso, uma dimensão coletiva ancorada na necessidade de proteger o outro.

Conflito entre arquivo e testemunho

A investigação desenvolvida obrigou a algumas viagens demoradas pelos arquivos da PIDE/DGS. É fundamental ter bem presente que a documentação aí depositada não é um espelho, mesmo que estilhaçado, do passado. Desde logo, importa reter que a polícia nem sempre tinha um conhecimento detalhado das organizações que perseguia e da acção dos seus militantes. O conhecimento que possuía dos grupos de extrema-esquerda que proliferaram a partir de 1970 é por vezes escasso e frequentemente equivocado. Se em alguns casos as falhas são evidentes para quem conheça o assunto, em outros casos foi o contacto com antigos ativistas que me fez perceber alguns erros, lacunas e interpretações incorretas.

Por outro lado, é fundamental ter-se presente qual o seu contexto de produção: são, em regra, documentos agrupados para encetar um processo judicial e dos quais fazem parte autos com declarações dos presos. Boa parte dessas confissões foi arrancada sob tortura, ainda que os autos não o deixem transparecer. Também não é simples perceber quando se está diante de documentos com datas ou assinaturas forjadas. Em todos eles, a linguagem seca e burocrática não deixa transparecer os métodos de tortura da PIDE/DGS. Vistos a partir de hoje, os dados aí constantes são uma fonte inestimável para o conhecimento do aparelho repressivo e das oposições à ditadura. No entanto, estes documentos podem ser vistos por quem foi perseguido como uma prova – por vezes a carecer de contextualização e leitura crítica – de que se “falou”. Para muitos esse processo está apaziguado e a tônica é colocada na importância do seu acesso para se conhecer o passado. Mas para outros a relação com o arquivo é problemática, havendo vários casos de resistência à consulta de documentação própria.

Durante a pesquisa, surgiu uma forma peculiar de demonstrar essa presença do passado no presente. Um antigo preso relatou o seu “porte exemplar” na polícia, explicando que uma funda convicção moral o impedira de falar durante os longos dias de tortura de sono. Membros que militavam à época no mesmo grupo político corroboraram a versão, repetindo alguns elementos narrativos. No entanto, a consulta ao processo na PIDE/DGS aponta muito claramente em sentido diverso, sendo evidente algum grau de “cedência”. O que parece importante aqui não é, evidentemente, encetar uma espécie de novo processo judicial, que confronte arquivo e testemunho, pondere “agravantes” e “atenuantes” e, por fim, sentencie o “veredicto”. Independentemente da questão de saber quais as razões que justificam a sua narrativa, este episódio indica a forma como o passado permanece ativo e significativo no presente. A “questão do porte” revela-se pois como um elemento perturbador da imagem com que o sujeito se constrói para si e para os outros. Neste caso, seguindo uma lógica de “composição” (Thomson, 1990), as memórias que o evocam são assim reprimidas, revistas ou silenciadas de forma a que a experiência vivida se identifique com a norma exigida e a autoimagem desejada.

Os silêncios na entrevista

A gestão do que se diz tem sido uma temática abordada por historiadores orais, que alertaram para a necessidade de se proceder a uma hermenêutica do silêncio, das reticências e do ritmo da narrativa. Importa notar que, nesta pesquisa concreta, a gestão do dito / não-dito se fez num quadro que facilitava o desvio temático e onde a “questão do porte” não foi equacionada de início como um assunto central a abordar nas entrevistas. Foi solicitado aos entrevistados uma narração autobiográfica em torno de um recorte temporal e incidindo no terreno genérico do político. Eles sabiam estar a falar para uma audiência mais vasta, uma vez que as suas palavras seriam usadas num trabalho a publicar. Acresce a isso o facto de alguns terem inclusivamente alguma visibilidade pública, o que os levava a gerir com adicional cautela o dito e o não-dito. Assim, desde cedo se estipulou que o diálogo gravado seria apenas um primeiro

passo na construção da fonte. Depois da transcrição, seguiu-se ainda um terceiro momento em que os entrevistados tiveram oportunidade de corrigir, rasurar ou acrescentar partes ao diálogo transcrito.

Partilhar com o entrevistado o controlo do processo de passagem do oral para o escrito levou a que se retirassem elementos considerados problemáticos, rasurassem nomes, omitissem interjeições, pausas, gaguezes e se eliminasse alguma da carga espontânea da conversa. Apesar disso, este método teve vantagens importantes. Em primeiro lugar, permitiu a correção de informações, algo importante para um tipo de história oral como a produzida, em que se tratava também de reconstruir fenómenos para os quais existe uma carência de fontes escritas. Em segundo lugar, possibilitou ao narrador discorrer com maior vontade sem que a palavra proferida fosse necessariamente a definitiva. Em terceiro lugar, e do ponto de vista do entrevistado, a “correção” permitiu que as suas palavras ficassem registadas por escrito em termos com os quais se sentem identificados. Tendo a maioria um *background* intelectual ou hábitos de comunicação escrita, a maneira fluente e rigorosa comose diziam não era um elemento descurado.

Existe, porém, uma outra razão para as persistentes manchas de silêncio nas entrevistas relativamente à “questão do porte”. Na verdade, sentira que não tinha o direito de tocar diretamente numa área tão sensível. Tinha um guião aberto para cada entrevistado no qual os temas da tortura e das experiências prisionais entrariam. No entanto, a “questão do porte” nunca foi abertamente questionada se se sentia não haver disponibilidade do entrevistado em percorrer o assunto. Só tive plena noção do retraimento relendo as transcrições e detectando perguntas que rodeavam o assunto.

No fundo, pressentia que a ligação empática que envolve entrevistador e entrevistado pudesse ser posta em causa. Este receio de colocar o entrevistado num terreno desconfortável sintoniza-se com o que Mark Klempler designa por “princípio da reciprocidade”, e que consiste em estabelecer a empatia como base ética necessária no processo de entrevistar quem viveu experiências dolorosas (Klempler, 2000). O retraimento correspondia também a uma internalização do carácter ainda hoje problemático do tema. Isto obriga a considerar a forma como o entrevistador é um elemento activo na entrevista e de como esta é bem mais do que um processo unidirecional de recolha de informações e memórias. Segundo Alessandro Portelli, a relação entre entrevistador e entrevistado faz parte, precisamente, do conjunto de aspectos que tornam “a história oral diferente” (juntamente com a oralidade, a forma narrativa, a subjectividade e a “diferente credibilidade” da memória). Os documentos de história oral são o resultado dessa relação em que ambos partilham um projecto comum, ainda que não no mesmo plano ou perspectiva (Portelli, 2013: 19-43 e 79-98).

Numa visão demasiadamente esquemática, pode afirmar-se que a entrevista é um processo no qual confluem duas subjetividades: a do entrevistador, que quer saber “coisas”, e a do entrevistado, que aceita “contá-las”. Sabemos, no entanto, como o que se conta muda consoante o entrevistador e que a entrevista possui formas complexas: entrevistador e entrevistado têm as suas agendas, expectativas, motivações e esquemas mentais. A entrevista tem, pois, uma inescapável dimensão intersubjetiva,

dimensão essa que obriga a ter em conta o papel do historiador como agente ativo no processo de construção da fonte oral e, subsequentemente, na escrita da história que nela se ancora.

No meu caso, o fato de ser alguém que pretendia fazer a história de um tipo de oposição à ditadura não a tendo vivido influenciava o discurso dos narradores. Frequentemente sentia a distância geracional, o que podia levar a alguma condescendência ou à rasura de detalhes que exigiam uma sintonia tácita com o “espírito do tempo”. Em alternativa, importa frisá-lo, conduziu também a uma abertura fundada na ideia de legado ou na vontade de ver a sua história enquadrada na história mais vasta da contestação radical à ditadura. Por outro lado, sentia uma empatia genérica por quem, desde logo, havia aceitado partilhar as suas experiências, o que explica algum pudor na abordagem concreta à “questão do porte” sempre que não havia da parte do entrevistado um primeiro passo no sentido de tornar o tema “abordável”. Era como se eu não tivesse o direito de incitar ao prolongamento daquilo que a ditadura – e a dureza da regra, independentemente de considerações quanto à sua justeza – tinha produzido.

Esta análise dos comportamentos esperados e efetivos do militante diante da tortura mostra como o tempo histórico tem ciclos que não coincidem com os ciclos da memória pessoal e social. Um olhar menos atento poderia considerar que a queda da ditadura em Portugal teria tornado a “questão do porte” obsoleta e revestida de um mero interesse histórico relativo ao modo como as forças de oposição lidaram com o complexo repressivo do Estado Novo. A verdade é que ela se conservou operativa nos anos seguintes e se mantém ainda hoje um assunto delicado. O carácter dificilmente ultrapassável das experiências vividas em contexto de tortura, por um lado, e a extrema exigência da norma genérica de nunca falar na polícia, por outro, fez com que a questão permanecesse aberta no tempo. Em certa medida, a perseguição, a tortura e a prisão não expiraram com o 25 de Abril e refletem-se ainda hoje no corpo, nas palavras e nos silêncios de antigos presos.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Afonso, (1987), *Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático*, Lisboa, Texto Editora.
- CARDINA, Miguel, (2011), *Margem de Certa Maneira. O Maoismo em Portugal: 1964-1974*, Lisboa, Tinta-da-China.
- KLEMPNER, Mark, (2000), “Navigating Life Review. Interviews with Survivors of Trauma”, *The Oral History Review*, 27 (2): 67-83.
- PASSERINI, Luisa, 2003, “Memories between silence and oblivion”, in Katharine Hodgkin e Susannah Radstone (ed.), *Contested Pasts. The politics of memory*, Londres / Nova Iorque, Routledge, 238-254.
- POLLAK, Michael, (1993), *Une identité blessée: études de sociologie et d’histoire*, Paris, Editions Métailie.
- PORTELLI, Alessandro, (2013), *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Introdução de Miguel Cardina, tradução de Miguel Cardina e Bruno Cordovil, Lisboa, UNIPOP.
- RODRIGUES, Aurora, (2011), *Gente Comum. Uma história na PIDE*. Recolha, introdução e notas de António Monteiro Cardoso e Paula Godinho, Castro Verde, 100 Luz.
- SARTRE, Jean-Paul, (2006) [1958], “A Victory”, in Henri Alleg, *The Question*, Lincoln, University of Nebraska.

- SCARRY, Elaine, (1985), *The Body in Pain. The Making and Unmaking of the World*, Oxford, Oxford University Press.
- THOMPSON, Paul, (1978), *The voice of the Past. Oral History*, Oxford, Oxford University Press.
- THOMSON, Alistair, (1990), "Anzac: Putting Popular Memory Theory Into Practice in Australia", *Oral History*, 18 (1): 25-31.